

A SEMIÓTICA: CAMINHAR HISTÓRICO E PERSPECTIVAS ATUAIS

Maria de Fátima B. de M. Batista*

Resumo

A utilização por Hjelmslev do termo *significação* para nomear a função semiótica permitiu aos semioticistas parisienses a criação do que hoje se costuma chamar semiótica greimasiana, que difere do estudo do signo para abarcar uma organização mais complexa, prevista e manifestada em discurso. Embora se deva a Greimas os fundamentos da teoria, muitas observações lhe foram acrescentadas, complementando o pensamento inicial do teórico francês, entre as quais aquelas fornecidas pelos sociosemióticos (analistas do discurso) do Curso de Pós-graduação em Letras da USP.

Palavras chave: Discurso semiótico; Sistemas semióticos; níveis de estudo

Abstract

The use for Hjelmslev of the term *signification* to name the semiotics function allowed to the Parisian semiotics the creation today of the called Greimas's semiotics, that differs of the study of the sign to embrace a more complex, foreseen organization and manifested in speech. Although it is due Greimas the foundations of the theory, a lot of observations were increased to the theory, complementing the French initial thought of the theoretical, among the ones which those supplied by the sociosemiotics (analysts of the speech) of the Course of Masters Degree in Letters of USP.

Keywords: Semiotics speech; Semiotics system

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX assistiram ao envolvimento, cada vez mais crescente, da lingüística com o discurso. Vêm a comprovar o fato os diversos tipos de teorias e análises discursivas surgidos, entre os quais a

semiótica greimasiana que constitui a tendência teórica básica deste projeto.

A ciência que hoje chamamos semiótica, no decorrer de sua história, andou sendo confundida com outras ciências de radical semelhante e de Objetos de estudo aproximados. O termo, oriundo do vocábulo grego *semêion*, permite traduzir-se por signo, sema ou sinal, o que, provavelmente, responde pela imprecisão no estabelecimento dos limites da semiótica com outras ciências afins, como a semântica e a semiologia. Embora conscientes do inter-relacionamento entre elas, hoje, sobretudo a partir dos estudos sobre o signo lingüístico realizados por Saussure e Hjelmslev, é possível determinar os limites da semiótica em confronto com as ciências mencionadas. O objetivo deste trabalho é traçar um roteiro histórico da semiótica, situando-a em meio a outras ciências com que mantém relação de interdisciplinaridade e descrever seu campo de atuação, estabelecendo uma tipologia dos sistemas semióticos, além de apresentar os níveis de estudos semióticos.

2. A DÚVIDA TERMINOLÓGICA E DE OBJETO

Em 1690, o filósofo inglês John Locke, considerado o principal teórico do empirismo moderno, elaborou, em seu trabalho *Essay on human understanding*, uma doutrina dos signos a que nomeou *Semeiotikê*. Antes dele, em 1659, o filósofo alemão Johannes Schulteus concebeu uma doutrina dos signos e do significado, com o título *Semeiologia Metaphysikê*.

Qualquer que seja a nomenclatura utilizada, o estudo do signo teve início na antigüidade clássica, com os trabalhos realizados pelos filósofos gregos e latinos. Platão, por exemplo, observou, entre outras coisas, a estrutura triádica do signo onde distinguiu: *onoma* (o nome), *eidos* ou *logos* (a noção, idéia) e *pragma* (a coisa referente). Aristóteles incluiu o signo no âmbito da Lógica e da Retórica, definindo-o numa relação de implicação, ou “como uma premissa que leva a uma conclusão”. Chamou ao signo lingüístico de símbolo,

* Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Universidade Federal da Paraíba.

considerando que eram retratos das afecções da alma. Os estoicos, por seu turno, retomaram a tríade platônica, apresentando uma nova nomenclatura dos componentes do signo: *semainon* (a parte perceptível), *semainomenon* ou *lekton* (o significado) e *tygchamon* (o objeto referido), enquanto que os epicuristas simplificaram o modelo anterior, concebendo o signo com apenas dois componentes (diádico): o *semainon* (significante) e *tygchamon* (objeto referido). Ainda na antiguidade, no século IV da era cristã, coube a Santo Agostinho realizar um excelente estudo sobre o signo que definiu como “*uma coisa que, além da impressão que produz nos sentidos, faz com que outra coisa venha à mente como consequência de si mesmo*” (Apud NOTH, W., 1995:25). Ele considerou a existência dos signos verbais (convencionais) e não-verbais (naturais) de grande valor para à semiótica moderna.

O estudo do signo agostiniano encaixava-se no âmbito da teologia, continuando durante os dez séculos em que se estendeu a Idade Média. O mundo é concebido numa visão teocêntrica: Deus é o centro do universo e tudo o que nele existir deve render-Lhe homenagem. O signo adota uma definição metonímica; ele é parte dessa realidade espiritual que domina o universo. Segundo afirmação de Greimas, o signo é: “*a parte material, visível, de uma realidade espiritual mais vasta, invisível.*” (1978: 215) Para citar um exemplo, a palavra fidelidade era uma parte da qualidade que representava, portanto, ela já era a própria qualidade. Provém dessa concepção medievalista o receio, ainda hoje apresentado por certas pessoas, de não pronunciarem o nome de determinadas doenças graves, como o câncer, por exemplo, por acreditarem que, se o fizerem, atrairão a doença para si.

Entre os séculos X e XV, o estudo do signo, ainda realizado no âmbito da Teologia e da Filosofia, deixou-se influenciar pelo pensamento aristotélico, com o intuito de racionalizar as verdades da revelação. Elaborado pelos escolásticos, opunha-se ao pensamento patrístico, dos primeiros padres da Igreja (entre eles Santo Agostinho) que se deixaram influenciar pela filosofia de Platão. Os escolásticos reconheceram a existência de três disciplinas: a filosofia natural, a filosofia moral e a ciência dos signos, também denominada ciência racional, correspondente à lógica. Um deles, chamado Leonino de Pádua, chegou a afirmar que:

“*logica est doctrina principaliter de signis*” (Apud BATIN, Francesco.1978: 108) (a lógica é a mais importante doutrina sobre o signo)

Os escolásticos elaboraram a distinção entre conotação e denotação e entre signos, símbolos e imagens. Roger Bacon e São Tomás de Aquino foram as figuras mais importantes. O primeiro escreveu *De signis* e o segundo *Tractatus de signis*.

São Tomás esboça o ponto de vista peirceano, uma vez que considera o estudo dos signos no paradigma das

ciências cognitivas, definindo-o como instrumento de comunicação e de cognição:

“*omnia instrumenta quibus ad cognoscendum et loquendum utimur signa sunt*” (1948:9) (todos os instrumentos dos quais nos servimos para cognição e para falar)

O Renascimento provocou mudanças em todos os setores da sociedade. Opondo-se radicalmente ao teocentrismo medieval, caracterizou-se por uma visão antropocêntrica do mundo: o homem é o centro do universo e a medida de todas as coisas nele existentes.

Sendo assim, tudo que existe no universo deve submeter-se à razão humana. Tudo foi feito e criado para o homem ou preparando o homem. O destaque é dado ao mundo natural e os signos vão ser considerados como “*a representação adequada do mundo natural*” (FOUCAULT, M. 1966: 60-91)

O signo deixa de ser parte do objeto para tornar-se seu representante. É a retomada da concepção da Antiguidade Clássica, segundo a qual o signo é sempre signo de alguma coisa.

No século XVII, difunde-se o racionalismo dos gramáticos de Port Royale que seguiram o caminho trilhado por Aristóteles em sua lógica alética. Descartes, com a teoria das idéias inatas, priorizou o intelecto sobre a experiência. Da teoria sgnica, foi retirada a referência ao mundo natural, retomando-se o modelo diádico, em que se observa duas idéias: o significante, a coisa que representa e o significado, a coisa representada. Port Royale preconiza a idéia saussureana sobre o signo, atendo-se ao fato de que tanto o significado, como o significante são modelos mentais: o significado é uma idéia mental e o significante a representação mental do som.

No século XIX, a biologia tornou-se o modelo de todas as ciências. A concepção darwiniana sobre a origem das espécies foi estendida às línguas, permitindo distinguir línguas mortas e vivas, línguas mãe e filhas, o que foi severamente criticado por lingüistas posteriores que não acreditam na morte da língua, mas numa transformação, ocasionada por um processo contínuo de mudança lingüística. Apesar da crítica, a Gramática Histórica e comparada deu uma grande contribuição à Lingüística com as descobertas sobre a mudança, tendo eliminado a noção de erro, que passou a ser percebido como um desvio decorrente da evolução. O estudo do signo revelou as figuras de Heighel que estabeleceu a diferença entre signo e símbolo e a de Humboldt que o fez, de um lado, com relação a substância e forma; de outro, com sistema e uso da linguagem.

O final do século XIX e início do XX fizeram surgir dois vultos de grande valor na discussão sobre o signo: Charles Sanders Peirce, ainda no âmbito dos estudos filosóficos e Ferdinand Saussure, o pai da lingüística científica.

O contributo de Peirce se faz sentir, sobretudo, em três aspectos: na definição de signo, na definição da semiose

e na visão pansemiótica do mundo, ressaltada em vários momentos de sua obra, como o que se segue:

“Nunca esteve em meus poderes estudar qualquer coisa – matemática, ética, metafísica, gravitação, astronomia, psicologia, fonética, economia, a história da ciência, jogo das cartas, homens e mulheres, vinho, meteorologia — exceto como um estudo de semiótica.” (1977b: 64)

Concebeu o signo de forma triádica (como muitos o fizeram desde Platão), só que constituído de um *representamen*, o elemento perceptível ao receptor, ou o significante da teoria saussureana; o *objeto* que é o referente, a coisa material ou mental que o *representamen* representa e o *interpretante*, que é a significação do signo, melhor dizendo, o efeito do signo na mente do intérprete. A interpretação do signo é um processo dinâmico na mente do receptor: cada signo gera um interpretante que, por sua vez, funciona como *representamen* de um novo signo. A semiótica deixa de ser o estudo do signo para sê-lo da semiose, definida como o processo durante o qual o signo atua sobre o interpretante, isto é, o processo de interpretação do signo pelo interpretante e sem o qual aquele não existiria. A consideração do interpretante ressaltou o fazer interpretativo do discurso que caminha ao lado do fazer persuasivo (referente ao enunciador) destacado nos estudos semióticos modernos.

Saussure, considerado o pai da Lingüística científica, exerceu grande papel no desenvolvimento do estruturalismo que concebeu a língua como um todo cujas partes, solidárias e interdependentes, exercem uma função em relação ao todo. Cada elemento só tem valor em oposição a outro. Retomou a concepção diádica de signo dos antigos, propondo para ele uma dupla face: o Significado que seria o conceito e o Significante, a imagem acústica. Esta *“não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som”* (CLG, s.d.: 80), utilizando-se a expressão do autor. Esses dois elementos estão intimamente relacionados como as duas faces de uma folha de papel. Só podemos chamar signo se houver a participação efetiva de ambos. O autor, todavia, restringe o signo a um processo mental, esquecendo sua relação com o mundo natural, feita através do objeto de referência, embora, no exemplo que apresenta (um gráfico com a palavra latina *arbor*, de um lado, denunciando o significante, e de outro o desenho de uma árvore, para o significado), o desenho não corresponde ao significado, mas aproxima-se da noção de referência, o que provocou inúmeros questionamentos posteriores.

É exatamente nos questionamentos que foi capaz de suscitar que reside a importância do mestre de Genebra. Suas dicotomias, língua/fala, paradigma/sintagma e diacronia/sincronia deram ensejo a discussões esclarecedoras para a compreensão da língua. Através de *langue* e *parole*, foi possível considerar a diferenciação entre sistema e uso;

paradigma e sintagma deram ensejo a diferenciar a natureza de relações que os signos mantêm com outros ausentes ou presentes no enunciado, enquanto que a diacronia e a sincronia permitiram observar a existência de um método dinâmico de abordagem, voltado para as transformações operadas no decorrer da história, e outro estático que descreve um momento na evolução da língua sem preocupação com a história. Todavia, reserva o dinamismo da linguagem a aspectos relativos à sua evolução. A linguagem seria um conjunto de relações estáticas, num determinado momento da história, sendo ainda uma idêntica disponibilidade para todos os falantes. Não se examina o dinamismo do sistema como os mecanismos que permitem ao código recuperar a informação elaborada e transmitida através dos atos de fala, de modo que este não corresponda somente a uma análise particular dos dados da experiência, mas seja um instrumento de construção, reconstrução e contínua reformulação dessa análise dos dados antro-po-culturais que ele expressa (visão de mundo).

Foi Saussure quem propôs a nome Semiologia para a ciência dos signos, como já havia feito o alemão Schultheus para a sua doutrina dos signos em 1659. Tratava-se de uma ciência inexistente, mas que ele projetou para estudar *“a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral”* (CLG, s.d.: 24). A lingüística seria apenas uma parte dessa ciência geral.

O termo Semiologia passou a ser adotado pelos lingüistas da linha saussureana (sobretudo os latinos) para designar a mesma ciência que ingleses e alemães conceberam com o nome de Semiótica. Começou-se, então, a pensar numa diferença entre as duas ciências. Uma das propostas seria considerar a Semiótica como ciência geral dos signos, incluindo os verbais e não-verbais, ao passo que Semiologia serviria, unicamente, para os signos humanos, culturais e sobretudo os textuais. Esta distinção foi oficializada pela Associação Internacional de Semiótica, em 1969, que, por iniciativa de Roman Jakobson, adotou a Semiótica como ciência geral, a metateoria da qual dependeriam as semióticas-objetos, tanto a lingüística, como as não-lingüísticas. Dessa forma, a lingüística seria um ramo da semiótica. Foi, no entanto, o lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev que, reinterpretando o pensamento saussureano, permitiu a outros o estabelecimento dos limites da Semiótica em oposição à Semiologia. Esta seria o estudo do signo, enquanto que Semiótica seria o estudo da significação, entendida como a função semiótica e somente perceptível no interior de um sistema de signos, verbais, não-verbais e compósitos ou sincréticos.

Como ciência da significação, a Semiótica passa a ser confundida não mais com a Semiologia e sim com a Semântica.

No entanto, também para essa problemática o estudo hjelmsleviano do signo foi capaz de propor uma solução, embora estejam as discussões bem longe de serem

concluídas. No item seguinte, abordaremos o assunto com maior atenção.

3. A CIÊNCIA DA SIGNIFICAÇÃO

A semiótica como ciência da significação, difundida largamente através dos trabalhos de Greimas e seus colaboradores da Escola Semiótica de Paris, teve por concepção fundadora a teoria hjelmsleviana sobre o signo que veio a complementar a teoria sgnica de Saussure.

O criador da Glossemática, como fizera Saussure, viu no signo dois planos: o conteúdo (o significado) e a expressão (significante). Só que, diferentemente daquele, observou em cada plano: substância (sistema) e forma (texto). A significação entendida então como a função semiótica é a relação de dependência que se estabelece entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. Eis o que a respeito, afirma o autor:

“Adotamos os termos expressão e conteúdo para designar os fntivos que contraem a função em questão, a função semiótica.” (1975: 53-54)

E mais adiante:

“A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão.” (1975: 54)

Vale observar que o termo função não tem para o semioticista o mesmo sentido que tem para o estruturalista, ou gramático, isto é, o de desempenho. Ao dizer-se, por exemplo, que um substantivo funciona como sujeito de um verbo, está-se afirmando que ele desempenha um papel perante aquele verbo, ou no interior daquela oração. Em semiótica, todavia, função é uma relação de dependência matemática: um termo só existe em relação de dependência com o outro. No caso específico da significação, como ficou dito, a relação de dependência entre conteúdo e expressão é tal que o primeiro só o é em relação com o segundo e vice-versa e ambos só o são na relação de significação onde se estabelece o ponto de confronto entre as duas faces distintas do signo. Na função semiótica, encontra-se o princípio da dialética helgliana, ao ser o ponto de tensão entre as duas forças distintas e interdependentes.

O conteúdo seria o elemento do signo voltado para mente do sujeito comunicativo, enquanto que a expressão estaria voltada para fora, conforme o dizer do autor:

“O signo é uma grandeza de duas faces, uma cabeça de Janus com perspectiva dos dois lados, com efeito nas duas direções: para o exterior, na direção da substância de expressão; para o interior na direção da substância de conteúdo.” (1975: 62)

Hjelmeslev considera sentido “*como substância de uma forma qualquer*” (1975: 57), tanto no plano do conteúdo, como no plano da expressão. No plano do conteúdo, o sentido seria o fator comum, o pensamento que existe independentemente da diferenciação lingüística. No plano da expressão, estabelece diferenças entre línguas e falas. Por exemplo, as frases *je t’aime* (fr); *I love you* (ing); *Yo te amo* (esp); *Io te amo* (it), apesar das diferenças, apresentam um fator comum que é o mesmo sentido de conteúdo, – o pensamento – e vários sentidos de expressão que permitem estabelecer a diferenciação entre as línguas referidas. Ele conclui que falar com sotaque é falar com sentido de expressão da língua materna.

Enquanto Saussure definiu a língua como um sistema de signos, Hjelmeslev considerou a existência na língua dos não-signos, a que chamou de figuras e que entram na composição dos signos. Pensou a língua como um Sistema de Figuras:

“As línguas não poderiam ser descritas como simples sistema de signos... A finalidade que lhes atribuímos por suposição faz delas, antes de mais nada, Sistema de Signos, mas conforme sua estrutura interna, elas são sobretudo algo diferente: Sistemas de Figuras que podem servir para formar signos” (1975: 52)

O esquema seguinte, elaborado por Cidmar Pais explicita melhor a proposta do dinamarquês, antes apresentada, dando conta das relações entre os dois planos da função semiótica:

Função Semiótica	ϕσ	Conteúdo	Substância semântica	Sentido	Significado
			Forma semântica		
	Expressão		Forma femêmica	Sentido	Significante
			Substância femêmica		

(1995: *Disciplina sociossemiótica*)

A língua não é apenas uma forma, como preconizou Saussure, mas uma forma entre duas substâncias: a de conteúdo e a de expressão.

A substância (tanto a semântica, como a de expressão) corresponde a um dicionário (tesouro armazenado) susceptível de dar conta de um universo lingüístico dado. É um *continuum* amorfo.

A forma é semelhante a uma gramática, compreendendo uma morfologia e uma sintaxe. No conteúdo, a relação de dependência estabelecida entre a substância (que é semântica) e a forma (que é semêmica) produz o significado. Na expressão, a relação que se estabelece entre a substância (fonológica) e a expressão (fonética) dá origem ao significante.

A partir de então, tornou-se mais fácil, não só entender o objeto de estudo da semiótica, como o da semântica (o conteúdo) e o da fonologia/fonética (a expressão) ou então, utilizando-se a nomenclatura proposta por Saussure, o significado, para a semântica e o significante, para fonologia/fonética.

Foi a experiência metodológica da semântica que ofereceu excelentes subsídios à análise semiótica, abrindo, por assim dizer, seus caminhos, sobretudo com os trabalhos de Julien Algidas Greimas, Joseph Courtés, Bernard Pottier e de seus discípulos. Estes formaram a chamada Escola Semiótica de Paris, surgida no início dos anos setenta, que complementou a concepção de significação proposta por Hjelmslev, ampliou o campo da semiótica à descrição dos sistemas não lingüísticos, reformulou a idéia saussureana de sincronia/diacronia, criando a pancronia *latu sensu* e ainda apresentou propostas para o estudo dos níveis de estudos semióticos. Dessa forma, eles ultrapassaram a concepção estruturalista de língua, dando início ao chamado pós-estruturalismo.

Entre os discípulos de Pottier e Greimas, encontra-se o brasileiro Cidmar Teodoro Pais, cujos trabalhos dão uma visão ampla do que seja a ciência semiótica na atualidade, a qual define da forma seguinte:

“La sémiotique peut être définie comme la science de la signification. Son objet est constitué par les systèmes sémiotiques — verbaux, non-verbaux et complexes ou syncrétiques — et leurs discours. Elle oppose, donc à la conception de système de signes de la sémiologie structuraliste, sa conception de système de signification.” (1993: 57)

Sua tese de doutorado de estado: *Conditions Semantics-Syntaxiques et Semiotiques de la Productivité Systemique Lexicale et Discursive*, publicada na França em 1993, apresenta modelos teóricos e metamodelos da lingüística geral e da semiótica, mostrando a relação que tais ciências mantêm entre si, bem com aquelas estabelecidas entre as estruturas lingüísticas e as estruturas semióticas no sentido mais amplo.

Muitos são os pontos nos quais o autor complementa a teoria dos mestres, ou até mesmo, aprofunda idéias antes concebidas, entre elas a noção de pancronia, apresentada por Marcellesi no Congresso Semiótico de Viena e depois reconsiderada por Coseriu, em *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral* (1979: 131), que neutraliza a oposição entre sincronia/diacronia. Cidmar vai considerar a pancronia *latu sensu*, apresentando o sistema, não estático (estruturalismo rígido) ou mutável somente a longo prazo (Coseriu), mas em contínua mudança. O sistema autoriza o discurso que produz a mudança e esta passa a integrar o sistema como num *continuum*. O sistema produz o discurso que, por sua vez, produz o sistema. Ele reformula a noção de competência que é variável de um sujeito a outro e mesmo com relação ao mesmo sujeito, de um discurso a outro. O mesmo discurso, realizado pela mesma pessoa, modifica também, se for em lugares diferentes, ou em tempos diferentes. Em

vista disso, ele chega a afirmar que o sistema semiótico não é apenas um código, mas um conjunto de códigos e sub-códigos. Eis o que a respeito afirma:

“... le système sémiotique n'est pas un code, mais qu'il comprend, au contraire, plusieurs codes (et sous-codes), ainsi qu'un univers sémiotique qui leur correspond, selon un processus continu d'auto-alimentation et autorégulation” (1993: 62-63)

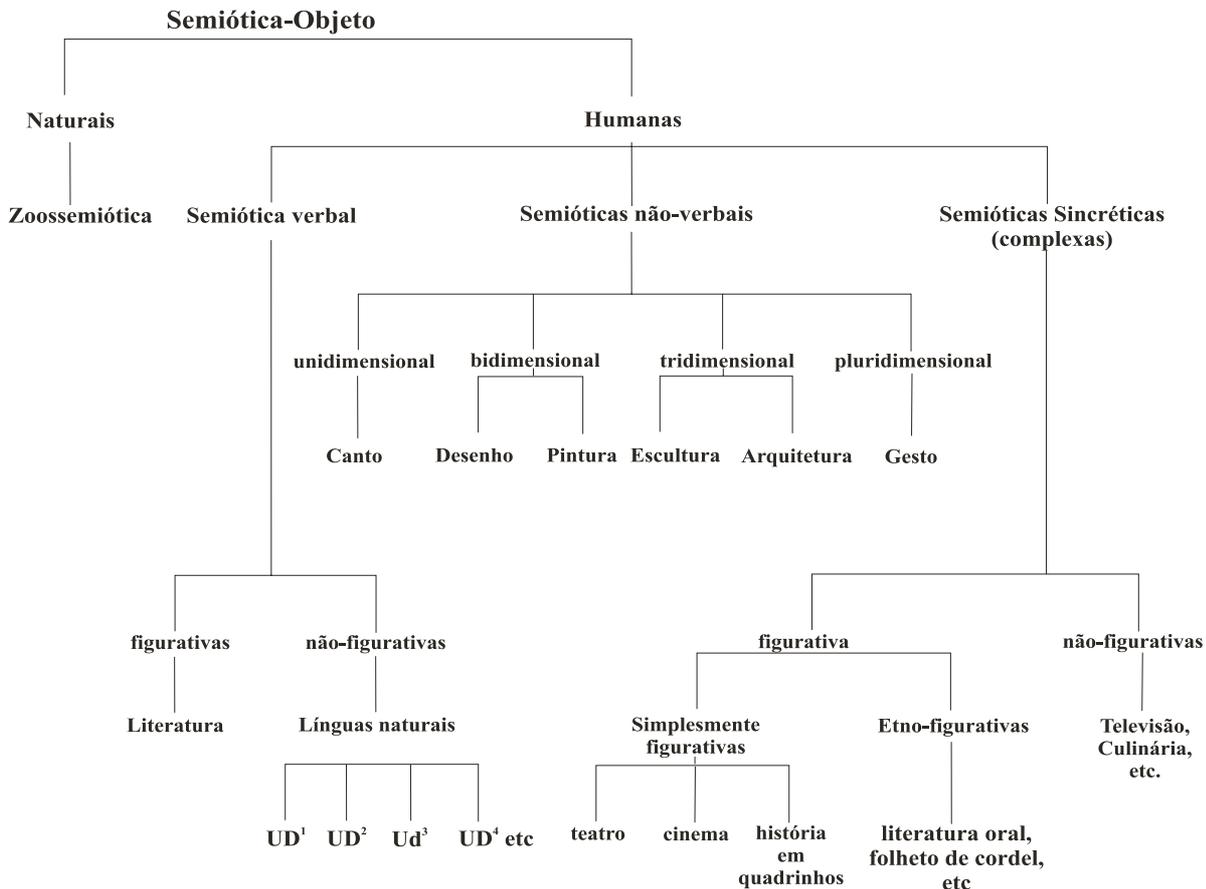
A significação, entendida como função semiótica, ou a relação de dependência entre conteúdo e expressão, amplia seu campo de atuação para tornar-se uma organização complexa e dinâmica. Primeiramente, ela passa a ser concebida como expressão de outro conceito a semiose, que é o processo de produção, acumulação e transformação da função semiótica. Além disso, ela é constituída e manifestada ao longo do discurso, só estando completa no percurso sintagmático do discurso por inteiro. Só a totalidade do discurso (texto) é que vai dar conta da função semiótica. Possui também uma função pragmática, uma vez que produz uma carga ideológica ao dar conta da relação signo-usuário, ou seja, o que o signo significa para o usuário, que ideologia ele sustenta. Todos os signos, verbais ou não verbais, traduzem uma carga ideológica, sendo o sujeito enunciador que vai atualizá-los e que os escolhe em função do valor que os mesmos representam para si próprio.

A par disso, a semiótica torna-se, quer do ponto de vista epistemológico, quer no que diz respeito à *praxis* científica, a ciência geral, a metassemiótica, à qual se ligam as microsemióticas objeto, inclusive a lingüística. Esta última não passa de um ramo daquela, o que contraria o ponto de vista saussureano que pensou, neste lugar hoje ocupado pela semiótica, para a semiologia. A semiótica é, entretanto, como afirmam os semioticistas, uma ciência em formação ou projeto de ciência, embora já possua uma metalinguagem científica rigorosa, tendo elaborado uma teoria coerente e possível de ser aplicada tanto no nível frástico, como no transfrástico. O desenvolvimento dessa teoria semiótica permitiu aos estudiosos considerarem a existência de outras ciências ramos da semiótica, como a sociosemiótica, que se ocupa dos discursos sociais não literários; a psicosemiótica, que se preocupa com o estudo das relações entre Sujeitos e seus Objetos de Valor, mantendo uma relação inter-disciplinar com a Psicanálise; a etnosemiótica que apresenta um ponto de encontro entre a semiótica e a etnolingüística, ocupando-se das significações dos textos em línguas exóticas, dos rituais e cerimônias a eles relacionados, das literaturas tradicionais; a semiótica das paixões e a semiótica das culturas, que como o próprios nomes já indicam, se ocupam, respectivamente, das paixões (ciúme, ódio, amor e afetos em geral) e da cultura, tomando-se esta no sentido antropológico do termo, ou seja, de sistema de valores de um indivíduo e de uma sociedade. Têm-se, aí, as semióticas-objeto, ditas humanas e que se opõem às chamadas semióticas

naturais, como a zoosemiótica, cujo trabalho *Perspectives in Zoosemiotics* de T. A. Sebeok constitui um contributo valioso. Esta “*está destinada a formar um verdadeiro domínio semiótico, autônomo e promissor*”, no entender de Greimas e Courtés (1989: 493). Ainda com relação ao discurso em análise, é possível considerar, para as semióticas humanas, a tipologia seguinte: Semiótica verbal; semióticas não-verbais e complexas ou sincréticas. O quadro seguinte dá uma visão da tipologia dos sistemas semióticos.

4. NÍVEIS DE ESTUDOS SEMIÓTICOS

São três os níveis de estudos semióticos em cuja distinção os autores adotam a nomenclatura chomskueana, ou seja, a *estrutura fundamental*, que se encontra no nível profundo, a *estrutura narrativa*, alicerçada no nível intermediário, entre o profundo e o superficial e a *estrutura discursiva* que representa o nível superficial. Na verdade, de Chomsky, eles pegaram apenas a nomenclatura, uma vez que as estru-



Existe, no ápice da árvore, uma oposição básica, estabelecida entre semióticas naturais (de que faz parte a Zoosemiótica) e semióticas humanas que apresentam três naturezas de semióticas-objeto: a verbal; a não-verbal e aquelas que unem ao verbal, o gesto, a música, a dança, a fotografia etc. e que, por isso mesmo, são ditas sincréticas ou complexas. A verbal biparte-se em figurativas (literatura) e não figurativas (as línguas naturais e seus universos de discurso). As semióticas não-verbais, são unidimensionais (canto), bidimensionais (desenho, pintura), tridimensionais (escultura e arquitetura) e pluridimensionais (gestualidade). As semióticas sincréticas podem também ser figurativas e/ou não-figurativas. O primeiro caso apresenta mais uma oposição entre figurativas simplesmente (teatro; cinema; história em quadrinhos) e/ou etnofigurativas (literatura oral; folheto de cordel etc.).

turas são definidas de forma diferente daquela inicialmente proposta pelo autor de *Syntactic Structures*. Explica-se cada uma por uma gramática autônoma que apresenta seus participantes e as regras e leis que os regem.

A estrutura fundamental, também dita *semântica profunda*, constitui a primeira etapa no percurso que gera a significação, ou o ponto de partida na formação do discurso. Responde pelo “*sentido mínimo a partir do qual o discurso se constrói*” (BARROS, Diana. 1990: 77) Quando dizemos, por exemplo, que um texto trata de política, estamos nos referindo a esse nível semiótico profundo. A significação é tomada como uma estrutura semântica elementar a que se reduz todo o discurso e os valores nele investidos em relação de oposição mínima. De um modo geral, é costume apreendê-la pelas situações de conflito mais gerais, extraídas da narrativa, que são representadas, especialmente, em forma de octógono, daí ser chamada também de octógono semiótico.

Contrariamente ao nível profundo, constituído de uma estrutura elementar mínima, os níveis intermediário e superficial são múltiplos, daí o nome plural que adotam, ou seja, estruturas narrativas e estruturas discursivas.

As estruturas narrativas, também chamadas pelo nome singular *narrativização*, apresentam uma sintaxe e uma semântica narrativa, embora se torne difícil, no momento da análise, separar os dois subníveis. A sintaxe narrativa se organiza em torno do desempenho de um *Sujeito* que realiza um percurso em busca do seu *Objeto de Valor*, sendo instigado por um *Destinador* que é o idealizador da narrativa e ajudado por um *Adjuvante* ou prejudicado por um *Oponente*. Dessa forma, a narrativa amplia seu campo de atuação (antes restrito aos textos narrados) para abarcar todo enunciado onde haja a procura de um sujeito por seu Objeto de Valor. Por exemplo, no enunciado *quero comer*, existe um sujeito (eu) que possui um objeto de valor (alimentar-se), sendo portanto uma narrativa.

A análise da estrutura actancial de um texto permite captar sua temática e ideologia, considerando que esta não apresenta a conotação política que lhe é atribuída normalmente, mas se define pelo sistema de valores de um indivíduo, de uma cultura, de uma sociedade. Quanto mais diferenciados e em maior quantidade forem os actantes, mais carregado será o texto em ideologia.

A relação do sujeito com o seu objeto é feita através do chamado predicado, cujo sentido, retomado da teoria lingüística de Tesnière, é o da função na qual os termos resultantes e complementares são os *actantes*. Existem duas classes de predicado: do *ser* que possuem o sema estatismo e do *fazer* caracterizados pelo dinamismo. A relação Sujeito/Objeto define o enunciado de estado, sendo chamada relação junctiva (ou junção) que apresenta dois momentos contraditórios: a conjunção (ter ou conservar o Objeto) e a disjunção (não ter alcançado ou conservado o Objeto).

A disjunção não significa a abolição da relação entre os dois actantes, uma vez que isto seria a destruição da existência semiótica. A relação continua a se manter, virtualizando a conjunção. É esperada uma transformação que opere a conjunção entre Sujeito e Objeto. A transformação se chama fazer (F) conjuntivo que se opõe ao fazer disjuntivo entre Sujeito e Objeto e permite definir a segunda categoria de enunciados proposta por Greimas que é o fazer.

A semântica fundamental faz um investimento dos valores virtuais, isto é, existindo semanticamente, mas sem serem assumidos por um Sujeito; na semântica narrativa, os valores são reais, aparecendo relacionados com um Sujeito. Corresponde, como afirmam Greimas e Courtés a “*instância de atualização dos valores*” (1989: 400) que são assumidos pelo Sujeito semiótico. O estudo das modalizações insere-se neste nível.

Há modalidade quando dois predicados estão numa relação tal que um rege o outro. O Sujeito só poderá ter uma

performance (= um fazer) se apresentar previamente uma *competência*, entendida como uma sucessão de modalidades, organizadas hierarquicamente, que o tornam capaz de passar da potencialidade à ação. A obtenção dos valores modais é a primeira fase (= qualificação) do percurso narrativo do Sujeito que lhe vai permitir agir. Para realizar algo, ele precisa querer (ou dever), poder e saber fazer. O tipo de enunciado modalizado permite distinguir duas grandes classes de predicados modais: do ser e do fazer (*querer-ser*, *querer-fazer* etc.).

A discursivização corresponde ao nível mais superficial do percurso gerativo da significação e colocam em discurso as estruturas narrativas. Representam as escolhas que um Sujeito discursivo faz para expressão das estruturas narrativas. A narrativa chega até a voz, sendo organizada e assumida por um Sujeito enunciador que, tendo em vista o universo de discurso abordado e o Sujeito enunciatário em questão, escolhe o(s) tema(s) as figuras, os atores, o tempo e o espaço nela envolvidos, ou com ela relacionados e os apresenta a um Sujeito enunciatário que a escuta e interpreta. Como o nível narrativo, o discursivo apresenta dois subníveis: um sintático e outro semântico.

A sintaxe discursiva estabelece as relações entre o Sujeito discursivo com seu enunciado e com o enunciatário. O discurso aparece produzido por seu enunciador, funcionando, ainda, como meio de comunicação entre um emissor e um receptor. O Sujeito enunciador destina ou passa a informação para seu enunciatário, transmitindo-lhe aquilo que ele pensa sobre o fato, seus próprios sistemas de valores. Ele objetiva convencer o receptor, persuadi-lo a aceitar seu ponto de vista. Para tanto ele cria a ilusão de verdade mediante duas operações: a referência à realidade e a aproximação ou distanciamento. A aproximação ou distanciamento dá ensejo à distinção entre dois procedimentos básicos: a embreagem e a debreagem enunciativas. A embreagem considera a proximidade do Sujeito, lugar e tempo, em relação à enunciação e ao enunciado. “*A instância da enunciação corresponde*” como afirmam Greimas e Courtés, “*a um sincretismo do eu-aqui-agora*” (1989: 141). Quanto à debreagem, define-se como o distanciamento do Sujeito, do lugar e do tempo da enunciação. Corresponde ao: não-eu; não-aqui e não-agora.

A referência à realidade permite considerar os procedimentos de ator, espaço e tempo. O discurso desenvolve-se num contexto sócio-cultural definido (relação espacial), desloca-se no eixo do tempo (relação temporal) e apresenta seus atores que são representantes discursivos dos actantes, concretizando-se na narrativa, através dos nomes próprios e papéis temáticos. A conjunção, portanto, de um papel actancial com o temático define o ator.

Papel temático é a qualificação ou o atributo de um autor. Esta qualificação resulta, na narrativa, de funções desempenhadas pelo autor, ou de comportamentos notados

ou subentendidos. O conteúdo semântico mínimo do papel é idêntico ao do ator, só que o papel é uma entidade figurativa animada, mais anônima e social que o autor e este, por sua vez, é um indivíduo integrando e assumindo um ou vários papéis.

A passagem das estruturas narrativas às discursivas se faz por meio da tomada dos papéis actanciais pelos atorais. Mesmo sendo correlatos, numa relação de subordinação, os dois planos não são superpostos termo a termo. Um actante (A_1) pode ser manifestado no discurso por vários atores (a_1, a_2, a_3) e vice-versa e um só ator (a_1) pode ser o sincretismo de vários actantes.

A figurativização e a tematização são os procedimentos semânticos que competem à análise das estruturas discursivas. A figurativização consiste em transformar em figuras de superfície as figuras do plano do conteúdo, utilizando-se a nomenclatura proposta por Hjelmslev. O processo de figurativização específica e particulariza o discurso. Entre muitas figuras de que a língua dispõe, o autor escolheu esta ou aquela, permitindo, inclusive, classificar a competência dos autores e de seus discursos. Interessa ao semiótico os procedimentos que ele utilizou para figurativizar o percurso realizado pelo Sujeito semiótico. A tematização consiste em extrair do discurso os valores abstratos ali encontrados e organizados em percursos. Eles são apresentados como valores abstratos gerais que podem ser remetidos a qualquer pessoa, sem estabelecer uma especificidade. De um modo geral, inicia-se a tematização pela identificação dos traços semânticos pertinentes ao discurso e neles reiterados, podendo-se colocá-las em seqüência pela ordem em que aparecem no texto.

5. CONCLUSÃO

A significação é, pois, uma organização bastante complexa. Os três níveis que formam seu percurso gerativo estão em relação de dependência entre si, de tal forma que um só existe em função do outro. A discursivização somente acontece a propósito de uma narrativa anterior que determina a ideologia imanente e a narrativa é direcionada pela estrutura fundamental que a rege. Apenas para efeito de análise é possível separá-los. Observação semelhante pode ser aplicada às disciplinas oriundas da semiótica. Por vezes, é difícil estabelecer um limite preciso para cada uma delas (a não ser com relação às naturais) uma vez que os discursos examinados podem permitir o entrosamento entre tais disciplinas. Na análise do romanceiro, por exemplo, o fato de tratarem-se de textos tradicionais, oriundos de comunidades primitivas que, quase sempre, aparecem acompanhados do canto, permitem uma abordagem etnosemiótica. Ao mesmo tempo, o fato de serem produzidos socialmente com a presença de um falante (o informante) e de um ouvinte (o pesquisador) e de terem enunciativo/enunciatário coletivos permitem uma análise através da sociosemiótica, ou ainda

da semiótica das culturas quando se pretende caracterizar a cultura imanente nos textos.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, Aurélio. *Doutrina Cristã*. São Paulo: Edição Paulinas, 1971.
- AQUINO, Sancto Thomas. *Ars lógica*. Roma: Ed. Beato Reiser, 1948
- ALENCAR, Meton de. *Roteiros de Filologia Românica*. Duque de Caxias: Associação Fluminense de Educação, 1983
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 1990
- BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de. *O Romanceiro Tradicional no Nordeste do Brasil: uma abordagem semiótica*. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Lingüística. São Paulo: USP, 1999.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- COSERIU, Eugenio. *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Presença; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- COURTES, Joseph. *Analyse sémiotique du discours. De l'énoncé à l'énonciation*. Paris: Hachette, 1991.
- DEELY, John. *Semiótica Básica*; Tradução de Júlio C. M. Pinto. São Paulo: Ática, 1990.
- ECO et al. *Latratu canis or The dog's barking*. In DELLY, J. et al. *Frontiers in Semiotics*. Bloomington: Indiana University Press, 1986: 63-73.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GREIMAS, Algirdas Julien. O contrato de veridicção. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. In *Acta Semiótica et lingüística*, vol. 2. São Paulo: Hucitec, 1978: 211-221.
- *Du Sens*. Essais sémiotique. Paris: Seuil, 1970
- GREIMAS, Algirdas Julien e COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LOCK, John (1690). *An essay concerning human understanding*. London: Collins, 1973
- NÖTH, Winfried. *A Semiótica no Século XX*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 1996.
- *Panorama da Semiótica - De Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PAIS, Cidmar Teodoro. Systèmes de signes et systèmes de la signification au-delà du structuralisme. *Acta semiotica et linguistica*, 4(2). São Paulo: Global, 1980: 69-80.

- _____. Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos. In: *Revista Brasileira de Lingüística*, 6(1). São Paulo: Duas Cidades, 1982 : 45-60
- _____. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Doctorat d'État en-Lettres et Sciences Humaines. 3 tomes. Directeur de Recherche: Bernard Pottier. Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris-IV), 1993
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiotic and signifiacs; the correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby*. Bloomington: Indiana University Press, 1977b.
- POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- RASTIER, François. *Essais de sémiotique discursive*. Tours (France): Mame, 1974.
- RECTOR, Monica. Problemas e Tendências da Semiótica. In *Revista Brasileira de Lingüística*, 2(1). Petrópolis: Editora Vozes, 1975
- ROBINS, R. H. *Breve histoire de la lingüistique. De Platon a Chomsky*. Paris: Seuil, 1976: 9-139: 192-198.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 9ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, s.d.